



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639902 - SP (2021/0011401-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : CARLOS ALBERTO TELLES
ADVOGADO : CARLOS ALBERTO TELLES - SP242749
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VILSON ROSA DE OLIVEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VILSON ROSA DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500081-65.2019.8.26.0370).

O paciente foi condenado à pena de 02 anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, e ao pagamento de 20 dias-multa, pelo cometimento do crime tipificado no art. 155, caput, do Código Penal.

O impetrante sustenta que não se justifica o regime mais gravoso considerando o total da pena aplicada, eis que na forma do artigo 33, § 2º, "c", do Código Penal o condenado cuja pena não seja igual ou inferior a quatro anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto e que da análise aos autos não se evidencia a existência de elementos que justifiquem a fixação em regime mais gravoso. (fl. 04)

Alega, ainda, que "a pandemia do vírus COVID-19 fez com que o Conselho Nacional de Justiça expedisse uma recomendação orientando a reavaliação das prisões provisórias, não justificando assim, ser o Paciente exposto ao risco do cárcere, sendo que tem sérios problemas de saúde, conforme documentos anexos, ou até mesmo levar risco de transmissão aos presos que lá se encontram." (fl. 07)

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que seja deferido o livramento condicional do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistem elementos de flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão,

uma vez que a decisão impugnada está devidamente fundamentada, conforme se extrai do seguinte excerto do acórdão:

Muito embora subscritor deste entenda recomendável o regime intermediário em virtude do quantum da pena e do fato de se tratar de crime cometido sem violência ou ameaça contra a vítima, a despeito dos antecedentes e da reincidência do sentenciado, respeitado entendimento diverso as circunstâncias específicas do caso em concreto impõem a manutenção do regime fechado imposto na r. sentença, sendo indiscutível sua personalidade corrompida, voltada à delinquência, revelada pela extensa folha de antecedentes do sentenciado (fls. 136/184), dando conta de nove condenações com trânsito em julgado, com certidão a fls. 301/310, além de recidiva em crime patrimonial (Ap. 000457-20.2017, condenação por receptação, fls. 301/302), demonstrando que ele não absorveu a terapêutica prisional, fazendo do crime seu meio de vida, o que, por si só, demonstra a intensa reprovabilidade da conduta.

E, como bem pontuado pela acusação as fls. 470/472, em 1º de abril de 2020 houve a concessão de liberdade provisória, mediante condições por decisão do MM Juiz a quo (fls. 415/419), sendo que uma vez solto, o apelante foi preso em flagrante na cidade de Ibitinga em 18 de julho, em virtude da prática de novo crime (fl. 451), demonstrando que o risco de cometer novos delitos contra o patrimônio ao agregá-lo à sociedade através de um regime prisional menos severo é quase certo, como de fato ocorreu.

Conserva-se, por isso, o regime fechado imposto. (fls; 510-511)

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência